

Editorial

Tiago Neves

CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Este número da *Educação, Sociedade & Culturas* reúne seis artigos que se estendem de Portugal – continental e Madeira – até ao Brasil, passando por Angola e Cabo Verde. Este é um facto que se deve assinalar, pois esta amplitude geográfica, a par da diversidade temática e teórico-metodológica dos textos, corresponde ao que a revista procura ser desde a sua fundação. Mais: os territórios aqui convocados não são cinco lugares quaisquer – são configurações distintas de um mesmo espaço histórico, atravessado por uma colonialidade que não expirou e por trajetórias políticas que, partilhando algumas origens, têm sido assimétricas nos seus processos e resultados. É essa constelação que confere unidade a este número da *Educação, Sociedade & Culturas*.

No alinhamento que propomos, os seis artigos organizam-se em dois movimentos. Os quatro primeiros interrogam a relação entre educação e tempo político: as ruturas que fundam ordens novas, os legados que essas ruturas não dissolvem, os Estados que delas emergem e as memórias que continuam a exigir reparação. Os dois últimos deslocam a interrogação para aquilo a que poderíamos chamar de tempo epistémico: o modo como novos objetos de saber – o pensamento computacional, os futuros sociotécnicos – são apropriados, disputados e imaginados por quem ensina e por quem participa. Estes dois movimentos, sendo distintos, podem, no entanto, ser unidos por estas perguntas: em que condições se aprende e se organiza a educação? Quem detém autoridade para definir o que conta como saber?

O número abre com “O poder do protesto na ultraperiferia: Educação, sindicalização e a construção da democracia na Madeira (1974-1978)”, de Nuno Fraga, Sofia Silva e António Teodoro. O texto reconstrói, a partir de fontes hemerográficas regionais e de documentação sindical primária, a passagem de grupos de estudo clandestinos para uma estrutura sindical formal, no período curto e denso que vai da revolução à autonomia regional. Revela-se particularmente interessante a hipótese, formulada com a reserva que as fontes impõem, de que a adoção de uma retórica radical possa ter funcionado, em determinados contextos, como mecanismo de defesa perante formas de insegurança ontológica experienciadas por professoras e professores que, tendo sido anteriormente agentes do Estado autoritário (Nóvoa, 1987, 1992), se viram abruptamente confrontados com instabilidade profissional e institucional. Este artigo apresenta uma leitura que resiste à

tentação de oferecer uma visão simplista e polarizada da classe docente, restituindo à transição democrática a sua espessura real. Note-se, ainda, que é já aqui – nas disputas sindicais madeirenses no pós-25 de abril – que emerge a exigência de uma descolonização curricular, assunto que o número não abandonará.

Ana Maria Carolino, Amélia Lopes e Leanete Thomas Dotta analisam os efeitos desse mesmo acontecimento fundador nas cinco décadas subsequentes. Em “Narrar o currículo: Histórias de vida de professoras do 1.º CEB em cinco décadas de mudança educativa”, dez professoras que entraram na profissão entre 1970 e 1986 narram o currículo vivido, designadamente as articulações entre o currículo formal e o informal. As narrativas analisadas revelam uma tensão estruturante entre duas tendências. A primeira corresponde à crescente institucionalização e intensificação da regulação curricular, expressa na proliferação de dispositivos de avaliação, reorganizações institucionais e projetos externos, que substituem progressivamente um currículo centralizado e seletivo e contribuem para uma perceção de autonomia profissional cada vez mais limitada. A segunda manifesta-se na capacidade de preservar um currículo informal, produzido através da invenção de projetos, da recontextualização das prescrições oficiais e da valorização da relação pedagógica como núcleo da prática docente. As autoras propõem pensar essa tensão como um “intercurrículo” (Lopes et al., 2004), no qual a agência curricular é continuamente negociada em condições de autonomia relativa. Se o artigo anterior nos mostra o momento em que os docentes se constituem como sujeito político coletivo, este revela o que acontece à sua agência quando o tempo breve da revolução dá lugar ao tempo longo da cristalização institucional e administrativa.

O mesmo momento histórico produziu, do outro lado do Atlântico, Estados novos e, com eles, a necessidade de construir de raiz os seus aparelhos de regulação. É esse o objeto de “Política de avaliação externa do ensino superior em Angola: Processo de agendamento”, de Leonora Nené Bernardo e Susana Batista, que analisa, à luz do modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2003) e com base em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas a atores-chave, o modo como a avaliação externa do ensino superior entrou na agenda governamental angolana. Os resultados indicam que o agendamento decorreu de preocupações sociais crescentes quanto à qualidade da formação dos diplomados e ao desempenho das instituições de ensino superior, num contexto marcado pelo redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, pela multiplicação de instituições públicas e privadas e por um aumento significativo da população estudantil. O artigo tem o mérito de mostrar que a qualidade – aferida pela avaliação externa – longe de ser um critério técnico neutro, é um construto eminentemente político – e fá-lo a partir de um sistema que a literatura internacional sobre políticas de avaliação raramente considera.

O primeiro movimento fecha com “*Terra Terra*: Criatividades musicais, aprendizagens informais e identificações coletivas entre Portugal e Cabo Verde”, de João Mineiro, que reata, agora à escala do Atlântico Negro (Gilroy, 2022; Hall, 1994), a questão colonial aberta no artigo sobre questões sindicais no período 1974–1978. Assente numa etnografia multissituada, o artigo acompanha a criação, a performance e a circulação de quatro obras musicais e argumenta que elas constituem práticas sincréticas de produção de pertenças coletivas, nas quais as genealogias migratórias são continuamente rearticuladas com projetos de afirmação cultural e de posicionamento político. O contributo mais relevante para as ciências da educação

está, a nosso ver, na proposta de ler tais práticas (ou gestos, ou performances) simultaneamente como pedagogias críticas e como contra-arquivos que contribuem para reinscrever as lutas de libertação africanas na memória coletiva, rompendo com a afasia colonial que estrutura o imaginário nacional português e problematizando a persistência de formas contemporâneas de violência racializada. Aqui aprende-se aquilo que o arquivo institucional não guardou, e aprende-se coletivamente, fora de qualquer dispositivo escolar ou instituição educativa formal.

O segundo movimento inicia-se com “Diretrizes educacionais e representações sociais sobre o pensamento computacional: Evidências de estudantes de São Paulo e de Portugal no ensino de física e química”, de Adriana de Andrade, Isabel Malaquias, Carlos Azevedo e Marcelo Zanotello. Mobilizando a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007), o estudo compara mestrandas e mestrandos portugueses com licenciandas e licenciandos paulistas, revelando assimetrias significativas: representação estruturada e integrada à dimensão pedagógica, no primeiro caso; representação tecnicista, marcada por lacunas formativas e por elevada incidência de “não sei”, no segundo. Os autores discutem a hipótese de que a maior coerência normativa portuguesa favoreça a apropriação do conceito, reconhecendo, com prudência, que essa relação é necessariamente mediada por dinâmicas institucionais. O artigo revela que o desalinhamento das diretrizes educacionais pode produzir consequências concretas sobre a capacidade que quem ensina tem de transitar da prática instrumental para a reflexão crítica. Nessa medida, este artigo prolonga – num registo diferente, é certo – a interrogação sobre regulação e agência que percorre os textos anteriores.

Encerra o número o artigo intitulado “Centros de ciências e a contribuição para o engajamento discursivo: Um estudo de caso no SESI Lab”, de Grazielle Scalfi, Luisa Massarani, Felipe Dias, Lucina Martins e Antero Pinto. Original no modo de recolha de dados, este estudo, baseado no registo videográfico das conversas de sete visitantes adultos organizados em três grupos, examina a interação com o dispositivo *Torneio do Futuro*, no qual os participantes debatem, em rodadas sucessivas, que elementos da sociedade atual provavelmente subsistirão no futuro. Os resultados, necessariamente contidos dada a amostra e natureza do estudo, são metodologicamente férteis e permitem apreciar o potencial do dispositivo enquanto gerador de interações discursivas sobre temas relacionados com ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, bem como sobre as implicações éticas das decisões dos participantes. Há aqui uma simetria que importa assinalar: um número da revista que abre em 1974, no instante em que uma ordem política se esboroa e outra se funda, encerra com um punhado de pessoas a discutir o que do presente há de restar. Entre esses dois momentos, cinquenta anos, três continentes e um oceano.

Financiamento: *This work was partially supported by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portuguese Foundation for Science and Technology) through the multiannual funding awarded to the Centre for Research and Intervention in Education (CIIE) [Grant No. UID/00167/2025]. Since 2025, CIIE has also received funding from the European Union – NextGenerationEU under the Portuguese Recovery and Resilience Plan [Grant No. UID/PRR/167/2025].*

Referências bibliográficas

- Gilroy, Paul (2022). *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência* (C. K. Moreira, Trad.; 2.ª ed.). Editora 34; UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Hall, Stuart (1994). Cultural identity and diaspora. In Patrick Williams & Laura Chrisman (Eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory: A reader* (pp. 392–403). Columbia University Press.
- Kingdon, John W. (2003). *Agendas, alternatives, and public policies* (2.ª ed.). Longman.
- Lopes, Amélia, Pereira, Fátima, Ferreira, Elisabete, Coelho, Orquídea, Sousa, Cristina, Silva, Manuel António, Rocha, Rosália, & Fragateiro, Lurdes (2004). Estudo exploratório sobre currículo de formação inicial e identidade profissional de docentes do 1.º CEB: Indícios sobre o papel do envolvimento dos estudantes na gestão do seu currículo de formação. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(1), 63-95.
- Moscovici, Serge (2007). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (P. A. Guareschi, Trad.; 5.ª ed.). Vozes.
- Nóvoa, António (1987). *Le temps des professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe–XXe siècle)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, António (1992). *Vidas de professores*. Porto Editora.